



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

TÓPICOS DE MINUTA

Fundação Cuidar o Futuro

Lisboa, 10/OUT/79



PRESIDENCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

EXTRACTOS DO PROGRAMA DO GOVERNO

...

"2. Medidas na área social.

"2.1. No sector da segurança social ...

...

"Do mesmo modo, preparar-se-ão medidas legislativas e intervenções específicas a favor dos grupos sociais carenciados ou sujeitos a desajustes excepcionais..."

...

"Prestar-se-á uma atenção especial aos problemas das regiões com taxas mais elevadas de desemprego..."

...

"2.6. A vasta gama de actividades no domínio da HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, incluindo a política urbanística e de protecção do meio ambiente...

... programa de intervenção sectorial...

selectivo e coerente.

... novas condições de crédito e outras medidas financeiras.

... apoio às autarquias locais e às cooperativas...

... apoiar iniciativas em curso

... melhoria das redes de comunicação

... de infraestruturas

... dos equipamentos colectivos



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

- ... política de ambiente
- ... planificação territorial e urbanística
- ... defesa do patrimônio natural e cultural

Fundação Cuidar o Futuro



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

Embora o ponto 2.6. do Programa do Governo relativo à actividade do domínio da "Habitação e Obras Públicas", contenha poucas linhas escritas em comparação com outros pontos do Programa, revelam pelo seu conteúdo uma preocupação clara de melhoria na qualidade de vida do povo português e muito especialmente dos grupos sociais mais carenciados e sujeitos a desajustes.

Das visitas que tenho efectuado acompanhada de Membros do Governo de outras Pastas diferentes da da Habitação e Obras Públicas, tem resultado em todos ou quase todos os problemas postos por Autarquias e população em geral (de uma forma explícita ou implícita) situações graves de natureza habitacional.

Pode-se afirmar que embora este Governo tenha dito publicamente a sua especial preocupação para com os mais carenciados, em matéria de habitação, os mais carenciados, são hoje em Portugal, muitos milhares de pessoas.

Por esta razão é que em Viseu fiz a afirmação de que eram necessárias 1 milhão de habitações. Neste número englobava habitações novas e habitações a remodelar como é evidente, o que diminui o valor quantitativo das primeiras. Este número é todavia elevado, estou disso certa, especialmente nos centros urbanos e muito especialmente nas áreas urbanas de Lisboa e Porto.

Os desequilíbrios regionais que tão bem conhece, terão que passar a ser corrigidos com algumas medidas sectoriais, em que o Ministério da Habitação e Obras Públicas tem um papel importantíssimo. Tudo isto terá que ser feito "dentro dos limites orçamentais em vigor", conforme o Programa do Governo, mas apoiando fran-



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

camente outros sectores da economia portuguesa que têm de contar desde já com o planeamento infraestrutural do seu Ministério.

Este apoio tem de ser dado através das "iniciativas em curso", para garantir com isso entre outros aspectos, postos de trabalho existentes, mas sendo também factor multiplicador dos mesmos.

Ainda antes de enunciar ponto por ponto os aspectos focados, gostaria de solicitar com a maior urgência um desenvolvimento por escrito mais detalhado e relacionado com os Serviços dependentes do seu Ministério, do ponto 2.6. do Programa. Isto é, que para o próximo Conselho de Ministros me fosse feita uma síntese muito objectiva do plano de acções possíveis, até Dezembro de 1979, dos serviços do seu Ministério de que estou informada terem muitas obras em fase de conclusão, dependentes de pequenos desbloqueamentos.

Depois destes considerandos renovo as propostas que acordámos de algumas iniciativas concretas e a curto prazo, no sentido de melhorar a situação no sector.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

1. Atendendo aos problemas recentemente surgidos, relativamente ao Fundo de Fomento da Habitação e às dificuldades detectadas no desenvolvimento dos programas de habitação promovida ou apoiada pelo Estado:

a) Proponho que, ouvida a Auditoria Jurídica, me seja submetida uma proposta de inquérito judicial

- ao ex-programa C.A.R., desde o seu início (1976) até hoje

- Ao Fundo de Fomento da Habitação.

O inquérito ao ex-programa C.A.R. é, aliás, um dos pedidos formulados no documento assinado pelos quadros dirigentes do Fundo Fomento da Habitação.

Paralelamente a este inquérito, sugiro, ainda, que seja pedida a cada Direcção de Serviços do Fundo de Fomento da Habitação e elaboração de um relatório técnico da sua actividade.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

b) Sem prejuízo do ponto anterior, proponho que, no prazo de 8 dias, me seja apresentado por V.Exa., em Conselho de Ministros, uma listagem completa das obras do ex-programa C.A.R. que se encontram em condições de ser lançadas de imediato, devidamente acompanhada de um plano de gestão financeira das mesmas.

Ainda de acordo com a orientação expressa no Programa do Governo e na sequência de quantas afirmações tenho feito nas últimas semanas, peço que, no mesmo prazo, me seja presente uma listagem das obras que poderão ser lançadas, de imediato, através da produção directa do Fundo da Habitação.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

c) O relançamento da construção civil no País tem que contar com os três promotores que, hoje em dia, qual quer Governo sempre enuncia:

- sector público
- sector privado
- sector cooperativo

Neste último, como V.Exa. me informou, existe financiamento que permite lançar, de imediato, em todo o País, um total de 3 500 habitações.

Assim sendo, solicito que o Ministério da Habitação e Obras Públicas dê andamento a todos os processos cujos pedidos foram, ultimamente, submetidos à apreciação do Ministério da Habitação e Obras Públicas, sem prejuízo de, num prazo de 15 dias me ser apresentada uma proposta devidamente fundamentada dos critérios a utilizar no lançamento de futuras fases de obras. Este meu pedido decorre do conhecimento que tenho de que algumas cooperativas se encontram aguardando financiamento às obras, apesar de disporem já de terreno, infraestruturas, projectos concluídos e concursos de obra lançados.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

d) Casas para funcionários.

Este aspecto sectorial que considero indispensável para levar avante uma política de desconcentração e descentralização administrativa foi já objecto de diversas trocas de impressões. Após diversas tentativas de diferentes Governos de lançar este tipo de iniciativa através de vários documentos legais de que tenho conhecimento, existe como mais recente o Decreto Regulamentar 56/79, de 22 de Setembro, que permite uma distribuição de casas para funcionários nos bairros em vias de conclusão ou em curso.

Fundação Cuidar o Futuro

Relativamente a este assunto solicito a proposta de uma resolução imediata na tramitação administrativa necessária e Regulamento de Atribuição de Casas, caso a caso, dos possíveis até ao fim do ano em curso.

Por outro lado, a preparação de um Decreto Regulamentar visando dar respostas específicas à actividade de descentralização administrativa de outros Ministérios, para o que deverá ser apresentado em Conselho de Ministros, um pedido de planeamento das necessidades de cada sector de acordo com o artigo 9º do Decreto-Lei 797/76, de 6 de Novembro, que criou os Serviços Municipais de Habitação.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

2. O sector da construção civil vem há meses a fazer sentir através dos órgãos de informação, dos boletins das suas organizações associativas, de conferências de imprensa e de pedidos directos a este Gabinete que sejam encarados frontalmente os problemas com que se debate.

Julgo ser possível e urgente ponderar devidamente as suas reivindicações, para o que, sem invalidar outras propostas concretas me possa apresentar um relatório técnico das acções possíveis a curto prazo de todos os serviços do Ministério da Habitação e Obras Públicas, no sentido de relançar as obras públicas.

Ainda neste aspecto solicito uma proposta a apresentar à Banca (?) de novas condições de crédito, medidas financeiras e administrativas, que venham ao encontro das necessidades de aquisição, construção ou reparação da habitação própria de uma forma mais diferida da existente.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

I N F O R M A Ç Ã O

FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

- Criado em 28 de Maio de 1969 (Decreto-Lei 49033);
- 1º Quadro Orgânico, 28 de Maio de 1969 (Decreto-Lei 49034);
- Reorganizado em 30 de Dezembro de 1972 (Decreto-Lei 58372) ;
- No início de 1973 houve um pequeno aumento do número de funcionários pelo preenchimento integral do Quadro;
- Surgiram expectativas novas, após o 25 de Abril de 1974;
- Desde 1976, foram-se sucedendo vários estudos de Diplomas Orgânicos até 1979, sempre a participação activa dos trabalhadores e dos Quadros Dirigentes do Fundo de Fomento da Habitação;
- Com a aprovação pelo último Governo de um documento orgânico, foi terminada uma longa tramitação administrativa que esse processo de aprovação envolve;
- Dado que o actual Ministério da Habitação e Obras Públicas, pretende apresentar novo documento, isso significa que com a tramitação necessária só daqui a alguns meses poderá eventualmente ser aprovado;
- O que é posto em causa (como foi ouvido na visita efectuada em 6 de Outubro a Peniche) é a existência em funcionamento de um organismo que implemente a Política de Habitação e dê o apoio às Autarquias necessário no acompanhamento de todo o movimento de regionalização que tem que existir;
- Este último aspecto pela sua importância nacional ultrapassa o problema das expectativas criadas nos cerca de 1500 funcionários.